COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA.

PROJETO DE LEI Nº 7.263, DE 2017.

Apensado: PL nº 7.696/2017

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para coibir a comercialização de pacotes fechados de serviços de telecomunicações.

Autor: Deputado ALTINEU CÔRTEZ

Relatora: Deputada CELINA LEÃO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.263, de 2017, do nobre Deputado Altineu Côrtes, acrescenta dispositivo à Lei Geral de Telecomunicações - LGT (Lei nº 9.472, de 1997), para coibir a comercialização de pacotes fechados de serviços de telecomunicações. Sua redação determina a adição do art. 70-A à LGT, prevendo que as prestadoras de serviços de telecomunicações, em qualquer modalidade, ficarão obrigadas a definir os valores individuais de cada serviço ofertado em pacotes, de forma que os clientes possam escolher livremente aqueles pelos quais tenham interesse.

Apenso à proposição principal tramita o Projeto de Lei nº 7.696, também de 2017, do nobre Deputado Vaidon Oliveira, que altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para garantir o direito do consumidor na contratação de serviços separadamente a preços e condições justos e razoáveis. Neste caso, a proposição pretende alterar as regras atinentes ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), por meio de adição de parágrafo único ao seu art. 33. Com isso, o assinante do serviço de acesso condicionado passaria a ter o direito de contratação, conjunta ou isoladamente, de outros serviços de telecomunicações oferecidos pelas prestadoras, de forma isonômica e a preços e condições justos e razoáveis, sem a incidência de taxas de adesão ou outras cobranças que alterem artificialmente a composição dos preços dos serviços contratados.

As proposições foram distribuídas às Comissões de Defesa do Consumidor; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), e estão sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões. Seu regime de tramitação é ordinário (Art. 151, III, RICD).

Na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), a matéria foi relatada pelo nobre Deputado Moses Rodrigues, que apresentou parecer, com Complementação de Voto, pela aprovação do PL 7.263/2017 e do seu apenso, PL 7696/2017, na forma de um Substitutivo. Em reunião da CDC realizada em 08 de novembro de 2017, tal parecer foi aprovado por aquele colegiado.

Ao fim do prazo regimental, não havia emendas aos projetos, na CCTCI.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, devemos analisar os projetos que estão a cargo da comissão de maneira ampla, levando em conta os diversos aspectos técnicos envolvidos na matéria. Adicionalmente, a vertente econômica das proposições – e seus possíveis impactos na cadeia de valor do mercado – merecem especial atenção. Mas é o impacto social das propostas, por certo, o aspecto que mais sensibiliza os nobres pares que compõem esse colegiado. Na balança entre os interesses corporativos, os impactos econômicos e os benefícios ao cidadão, por certo este último aspecto é o que deve pesar de maneira mais evidente em nossas decisões.

É, pois, com grande satisfação que apresento, nesta ocasião, as minhas considerações sobre os Projetos de Lei nº 7.263/2017, do nobre deputado Altineu Côrtes; e nº 7.696, de 2017, do nobre deputado Vaidon Oliveira. O projeto principal, PL 7.263/2017, acrescenta dispositivo à Lei Geral de Telecomunicações - LGT (Lei nº 9.472, de 1997), para coibir a

comercialização de pacotes fechados de serviços de telecomunicações. Sua redação determina a adição do art. 70-A à LGT, prevendo que as prestadoras de serviços de telecomunicações, em qualquer modalidade, ficarão obrigadas a definir os valores individuais de cada serviço ofertado em pacotes, de forma que os clientes possam escolher livremente aqueles pelos quais tenham interesse.

O projeto apenso por sua vez, PL 7.696, de 2017, altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para garantir o direito do consumidor na contratação de serviços separadamente, a preços e condições justos e razoáveis. Neste caso, a proposição pretende alterar as regras atinentes ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), por meio de adição de parágrafo único ao seu art. 33. Com isso, o assinante do serviço de acesso condicionado passaria a ter o direito de contratação, conjunta ou isoladamente, de outros serviços de telecomunicações oferecidos pelas prestadoras, de forma isonômica e a preços e condições justos e razoáveis, sem a incidência de taxas de adesão ou outras cobranças que alterem artificialmente a composição dos preços dos serviços contratados.

Portanto, ambos os projetos visam coibir um comportamento largamente adotado por empresas de telefonia e de TV por assinatura: o condicionamento do fornecimento de produto ou serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço. Trata-se da prática da “venda casada”, claramente proibida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), mas infelizmente muito comum no setor de telecomunicações. Mas, de maneira a ludibriar o consumidor, na maior parte das vezes a venda casada não é praticada de maneira explícita. O condicionamento de fornecimento de produto ou serviço se dá de maneira indireta, por meio da indução da contratação de pacotes de serviço e da negação de fornecimento de informações acerca dos valores individualizados de cada item contratado integrante desse pacote.

Por outro lado, é inegável que, devido aos altos custos fixos nos quais incorrem as empresas de telecomunicações, compostos primordialmente pelos custos afundados necessários à construção, manutenção e modernização de suas redes e demais infraestruturas, há uma lógica subjacente na oferta conjugada de produtos diversos a preços

promocionais. Uma vez que o custo fixo é alto e que o custo marginal de adição de novos serviços aos pacotes é baixo, as empresas de telecomunicações têm um incentivo natural a ofertar suas soluções tecnológicas na forma de “combos”. Tal lógica econômica não é, *per se*, algo maléfico aos interesses dos consumidores. Pelo contrário, em diversos casos é mais econômico para o usuário dos serviços de telecomunicações se aproveitar das sinergias inerentes ao setor, contratando em um mesmo pacote facilidades diversas que incluem, por exemplo, TV por assinatura, telefonia fixa, internet e telefonia móvel.

Mas o que podemos observar é que em muitos casos, especialmente para os consumidores de menor poder aquisitivo, que preferem optar pela contratação de apenas um dos múltiplos serviços ofertados, inexistente a possibilidade de escolha. Diariamente, os órgãos de defesa do consumidor recebem reclamações de cidadãos nas quais fica patente o abuso na oferta de serviços de telecomunicações por meio de vendas casadas dissimuladas. Falta informação, falta a disponibilização da contratação de serviços de maneira isolada e, em alguns casos, dissimula-se a venda casada por meio da cobrança de valores abusivos pela contratação individualizada de soluções de telecomunicações.

Desse modo, não podemos deixar de acolher os Projetos de Lei nº 7.263, de 2017; e 7.696/2017, que, em sua essência, muito têm a contribuir para a modernização das relações de consumo no setor de telecomunicações. Foi o que fez a Comissão de Defesa do Consumidor, que aprovou o parecer do relator, Deputado Moses Rodrigues, no qual foi oferecido um Substitutivo à proposição. Em nossa análise, o Substitutivo adotado pela CDC é suficiente para acolher, de maneira abrangente e tecnicamente adequada, o que propõem os projetos que aqui relatamos. Seu texto prima por uma conjunção entre livre iniciativa, prestação de informações corretas aos usuários e liberdade de escolha para os consumidores dos serviços de telecomunicações. Ademais, entendemos, assim como o relator da matéria na CDC, que a alteração da Lei Geral de Telecomunicações – diploma máximo do setor – é suficiente para atender aos objetivos de ambas as proposições, sendo desnecessária a aposição de novos institutos na Lei do SeAC.

Desse modo, é com grande satisfação que ofertamos voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 7.263, de 2017, e pela **APROVAÇÃO** do seu apenso, PL 7.696, de 2017, na forma do **SUBSTITUTIVO** adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada CELINA LEÃO
Relatora